

CONVITE – DPCP2021CPR35

Assunto: Convite à apresentação de proposta de acordo com o CCP - Código dos Contratos Públicos (republicação DL 111-B/2017 de 31 de agosto); o procedimento utilizado é de Consulta Prévia com convite a três entidades: Aquisição e instalação de 5 postos para carregamento de veículos elétricos – *Campus* do Lumiar, em Lisboa e *Campus* de Ramalde, no Porto

Nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), convida-se V. Ex.ª a apresentar proposta para o fornecimento dos bens, melhor discriminados no Caderno de encargos (CE) que se envia em anexo, nos termos e condições que seguidamente se indicam:

1. Entidade Adjudicante:

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (abreviadamente designado por IAPMEI), instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira, com sede no Porto, na Rua de Salazares, 842, 4100-442 Porto.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar:

A decisão de contratar foi adotada, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (de ora em diante designado de CCP), por deliberação do Conselho Diretivo do IAPMEI, entidade com competência própria para autorizar a despesa e decidir contratar.

3. Documentos que constituem a proposta:

3.1 Declaração conforme com o Anexo I ao CCP, a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º do CCP e que constitui anexo ao presente convite, devidamente assinada pelo concorrente ou representante com poderes para o obrigar, sob pena de exclusão da proposta apresentada, nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo 146.º do CCP;

3.2 A proposta deve apresentar, a composição e o modo de funcionamento dos equipamentos visando a demonstração de que os mesmos:

- a) Cumprem as especificações constantes do caderno de encargos e seu anexo;
- b) A proposta tem de especificar o preço dos bens a fornecer, sem e com IVA;
- c) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- d) Dispõe de eventuais características operacionais e técnicas, para além das referenciadas nas alíneas anteriores, devendo ser demonstrada a sua relevância para o aumento da eficiência e da eficácia operacional dos equipamentos;
- e) Podem ainda constar quaisquer outros elementos que o proponente entenda adequados para o esclarecimento de qualquer aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos;

- f) Documento descritivo das condições de assistência técnica durante e pós-garantia, devendo discriminar as condições de execução, frequência e tipologia de intervenção;
- g) Documentação a fornecer, designadamente, os manuais de instruções e de utilização dos equipamentos e/ou outra documentação relevante;
- h) Plano detalhado relativo à garantia dos equipamentos, número de anos de vigência, condições e cobertura;
- i) A proposta deve ainda evidenciar o prazo de entrega e instalação dos equipamentos, nas instalações da Entidade Adjudicante, IAPMEI, nomeadamente nos 2 *Campi* abaixo discriminados:

- Campus do Lumiar, sito à Estrada do Paço do Lumiar, em Lisboa
- Campus de Ramalde, sito à Rua de Salazares, 842, no Porto

3.3 Todos os documentos que constituem a proposta, devem ser devidamente assinados pelo concorrente ou representante com poderes para o obrigar, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, sob pena de exclusão da proposta por força do disposto na al. e) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, aplicável ex vi n.º 2, do artigo 122.º do CCP.

3.4 Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelo interessado, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, nos termos do artigo 66.º do CCP.

4. Idioma dos documentos:

Nos termos do disposto no artigo 58.º do CCP, os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa;

5. Prazo para apresentação da proposta:

A proposta deverá ser apresentada até às 17h00 do dia 20 de outubro, a contar da disponibilização do presente convite.

6. Modo de apresentação da proposta:

A proposta deverá ser apresentada através da plataforma eletrónica de contratação pública em uso pela entidade adjudicante, através do sítio eletrónico www.acingov.pt

7. Prazo de manutenção da proposta:

O prazo de manutenção da proposta é de 66 dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

8. Prazo de entrega e instalação

Prazo máximo de 30 dias, a contar da data de assinatura do contrato.

9. Propostas Variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

10. Negociação:

A proposta não será objeto de negociação.

11. Esclarecimentos e Erros e Omissões:

- a) Podem ser pedidos quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que se considerem necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.
- b) Os esclarecimentos e a lista de erros e omissões detetados, devem ser solicitados através da plataforma eletrónica indicada no n.º 6 do presente Convite, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, conforme previsto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos, bem como a retificações de erros e omissões a que haja lugar, serão prestados até ao termo de segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 50.º CCP.

12. Critério de adjudicação

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código de Contratos Públicos, adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço

13. Critério de desempate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, recorrer-se-á ao sorteio presencial; nesta situação, os concorrentes serão notificados da data e local da execução do sorteio de desempate.

14. Motivos de exclusão

- a) São motivos de exclusão da proposta os previstos nos artigos 70.º e 146.º do CCP;
- b) É ainda motivo de exclusão o não preenchimento ou preenchimento irregular e/ou a não entrega de qualquer dos documentos referidos no n.º 3 do presente convite.

15. Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

16. Documentos de habilitação:

- a) O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias (cinco) úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
- b) Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para supressão de irregularidades que venham a ser detetadas nos documentos de habilitação.

Anexo: Anexo I - Modelo de Declaração.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº3 do artigo 256º- A, conforme aplicável]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do nº1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto n.os 4 e 5 do artigo 57º.